

# BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVI nº 1537 | 24/05/2021 a 30/05/2021

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

CONCILIAÇÃO NO CAMPO

## CINCO ANOS DE EQUILÍBRIO

Criada em 2016, Lei da Integração trouxe diálogo na relação entre produtor integrado e indústria, fortalecendo o setor no Paraná



# Aos leitores

Para que qualquer tipo de relação dê certo, é imprescindível que haja equilíbrio. Nas relações comerciais, não é diferente. Um modelo produtivo bem-sucedido e sustentável é aquele que estabelece condições para que as partes atuem em pé de igualdade, com diálogo e transparência. Em síntese, equidade é princípio básico que fortalece qualquer setor e faz com que todos saiam ganhando. E é justamente isso que celebramos na reportagem de capa deste Boletim Informativo: o equilíbrio trazido à produção integrada com a Lei da Integração, que acaba de completar cinco anos.

A aprovação da lei é uma conquista das mais importantes da última década e fruto de um trabalho incessante. Desde que o projeto de lei foi apresentado em 2011, uma série de entidades do setor agropecuário, incluindo a FAEP, fez um trabalho determinante, mostrando que o marco regulatório traria equilíbrio na relação entre integrados e agroindústrias. Participamos de incontáveis audiências públicas e fizemos interlocução direta com deputados e senadores, até que a lei fosse aprovada, em 2016.

Foi uma vitória determinante, principalmente para a avicultura e suinocultura, que têm na integração um importante arranjo produtivo no Paraná. Com a lei, os produtores passaram a ter voz e poder de negociação, por meio das Cadecs. Hoje, o Paraná é o Estado com o maior número de Cadecs e os resultados aparecem na prática, na forma de conquistas, como aumento da remuneração e relações mais transparentes. O caminho é esse: equilíbrio para crescer.

Boa leitura!

## Expediente

### • FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Nelson Natalino Paludo, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

### • SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo** | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darcy Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

### • BOLETIM INFORMATIVO

**Coordenação de Comunicação Social e Edição:** Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach | **Contato:** [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Fotos da Edição 1537:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

## ÍNDICE

### LEI DA INTEGRAÇÃO

Após cinco anos da criação, produtores integrados do Paraná contabilizam inúmeras conquistas nas negociações com as indústrias

PÁG. 18

### SEGURO RURAL

Sistema FAEP/SENAR-PR segue com inscrições abertas para o curso voltado para grãos

Pág. 3

### VAZIO SANITÁRIO

Paraná deu início ao combate à ferrugem asiática da soja no dia 15 de maio

Pág. 4

### GRÃO DA CERVEJA

Com o investimento em uma segunda maltaria no Estado, cevada deve ganhar mais área na safra de inverno

Pág. 6

### SUSTENTABILIDADE SINDICAL

Sindicato de Toledo investe em nova sede para o atendimento dos produtores rurais e otimizar a oferta de serviços

Pág. 10

### NOVOS MERCADOS

Francisco Beltrão conquista habilitação que permite que as 20 agroindústrias do município vendam para todo o país

Pág. 14

# Curso de seguro rural abre turmas em junho

Interessados na formação do Sistema FAEP/SENAR-PR devem fazer a inscrição por meio do site da entidade



O Sistema FAEP/SENAR-PR está com inscrições abertas para novas turmas do curso “Seguro agrícola para grãos”. A formação, que trata da importância da ferramenta de gestão de riscos da contratação até o final da vigência da apólice, é voltada a todos os envolvidos na cadeia de seguros. Ou seja, estão aptos a participar produtores, funcionários de sindicatos rurais, funcionários de instituições financeiras, entre outros. O treinamento, com um total de seis horas-aula, é realizado de modo remoto e não tem custo.

Para se ter ideia da importância desse assunto aos agricultores paranaenses, o Estado é líder em contratações de seguro rural no Brasil, com quase 40 mil apólices em 2020 no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) do governo federal. Isso permitiu cobrir uma área de mais de 2 milhões de hectares de soja, num valor segurado de R\$ 7 bilhões.

“O seguro rural é uma bandeira histórica do campo paranaense. Esse curso tem ajudado os produtores e demais envolvidos a entenderem de forma mais completa como funciona esse instrumento crucial para minimizar as perdas”, pontua Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

“O curso tem tido uma demanda expressiva. Já foram 768 alunos que concluíram a formação. Inicialmente, foram abertas 15 turmas, mas com a procura alta, abrimos mais sete, totalizan-

do 22 turmas”, relembra Luiz Eliezer Ferreira, do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR. “Agora, a ideia inicial é fazer uma turma por mês e um trabalho de nivelamento do conhecimento para, posteriormente, organizar grupos de diferentes níveis. Abrimos o processo de manifestação de interesse e a partir de junho teremos já os primeiros grupos nesse novo formato”, compartilha.

O curso é realizado de modo remoto, com aulas interativas por meio de videoconferências. Entre os conteúdos abordados estão pontos como o conceito de seguro agrícola, a participação do governo nesse processo, produtos adequados a cada necessidade, contratação da ferramenta e como proceder em caso de perdas. Outras questões abordadas são os tópicos sobre perícia (como é realizada, prazo para comunicação do sinistro e atuação de técnicos) e riscos cobertos e não cobertos.

## Como participar

Os interessados em fazer o curso de seguro rural devem manifestar interesse no site [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br), no banner logo abaixo do Boletim Informativo, na página inicial. Após preencher o cadastro, basta esperar o contato do Sistema FAEP/SENAR-PR para saber em qual turma o participante será encaixado.

# Vazio sanitário reforça o controle da ferrugem asiática

Produtores devem se preparar para o período de 10 de junho a 10 de setembro, quando é proibido semear ou ter planta viva em campo

No dia 15 de maio, o Paraná deu início ao combate à ferrugem asiática da soja. Na data, terminou o prazo para a colheita ou dessecação da oleaginosa, com o objetivo de preparar as áreas de cultivo para o vazio sanitário, período no qual é proibido semear ou manter plantas vivas de soja no campo.

A medida visa reduzir a sobrevivência do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, causador da ferrugem asiática, e evitar a possibilidade de ocorrência da doença durante a safra. No Paraná, o vazio sanitário acontece no período de 10 de junho a 10 de setembro, sendo 9 de junho o prazo final para a eliminação de plantas vivas nas propriedades rurais.

Atualmente, a ferrugem asiática é considerada a principal doença da soja, devido à rapidez com que se dissemina nas plantas e seu potencial destrutivo. O clima úmido e temperaturas amenas favorecem o desenvolvimento do fungo, que se propaga facilmente pelo vento e pode incidir em qualquer estágio da cultura. Dependendo da intensidade e severidade da doença, os danos podem causar perdas de produtividade de até 90%.

Por isso, em um período de 90 dias, nenhuma planta de soja deve existir nas

lavouras paranaenses. “O fungo causador da ferrugem asiática precisa da planta de soja para sobreviver. Portanto, o vazio sanitário é importante para evitar a disseminação, reduzir sua presença no ambiente e garantir o retardamento dos primeiros focos na próxima safra. A principal forma de controle é o manejo precoce”, destaca Ana Paula Kowalski, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR.

De acordo com dados do Consórcio Antiferrugem, a doença possui um custo médio de US\$ 2,8 bilhões por safra no Brasil, incluindo métodos de controle e prejuízos com perdas. O Paraná é um dos Estados que mais sofre com a ferrugem asiática no país. No ciclo 2020/21 foram registradas 100 ocorrências da doença em planta, atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 138.

A pesquisadora da Embrapa Soja Claudine Seixas reforça que o controle da ferrugem asiática começa antes mesmo do início do vazio sanitário, com a eliminação de plantas que possam servir de hospedeiro para o fungo. Quanto mais cedo a doença chega nas lavouras, maiores são as chances de severidade e, consequentemente, de perdas expressivas. “O vazio sanitário aliado ao monito-

ramento dos esporos significa adiamento seguro das aplicações de fungicida. Com essas informações, o produtor vai poder fazer o controle no momento adequado”, acrescenta.

As determinações e prazos estão previstos na Portaria 342 de 2019, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), e seu cumprimento é obrigatório. Os produtores rurais que não cumprirem as recomendações estão sujeitos à aplicação de multas e, em casos mais graves, interdição da propriedade.

Além do vazio sanitário, as estratégias de manejo da doença incluem a utilização de cultivares precoces e a semeadura no início da época recomendada, para que o fungo não ataque plantas muito jovens e a doença se desenvolva com mais severidade; o uso de cultivares com genes de resistência e de fungicidas.

## Controle

A utilização de coletores de esporos (estrutura do fungo com alta capacidade de proliferação e que dá início à doença) tem se consolidado como uma

# MANEJO DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA NO PARANÁ

9/JUNHO

Prazo-limite para eliminação de plantas vivas



## Embrapa Soja pesquisa origem dos esporos da doença

Recentemente foi iniciada uma nova linha de pesquisa na Embrapa Soja voltada a determinar a fonte do inóculo primário da ferrugem asiática. Uma das possibilidades estudadas é a correlação da prevalência de esporos à presença de plantas voluntárias de soja.

“Os esporos podem estar presentes, por exemplo, em plantas de soja, que apesar do período de vazio sanitário, acabaram permanecendo e consequentemente hospedando o fungo. Assim, ele já estaria na lavoura em época da safra, atacando antecipadamente a cultura”, explica a pesquisadora da Embrapa Soja Claudine Seixas.

Por isso, os produtores devem ficar atentos ao controle de plantas voluntárias da oleaginosa, também chamada de soja guaxa. Essas plantas podem nascer espontaneamente na lavoura ou mesmo na beira das estradas, devido a sementes remanescentes da safra anterior.

Segundo Claudine, os resultados dessa pesquisa serão importantes para melhorar técnicas de controle e intervenção, aprimorando as estratégias fundamentais para um bom manejo e garantia do sucesso na safra seguinte. “Existem várias suposições, então a ideia é mapear, elucidar o que é realmente é plausível e verificar como pode contribuir para o controle”, conclui.

técnica confiável para aperfeiçoar o manejo da ferrugem asiática nas lavouras. O coletor é um equipamento que detecta os esporos do fungo e auxilia técnicos e produtores na tomada de decisão sobre o momento da aplicação de fungicida.

A técnica inibe as chamadas “pulverizações calendarizadas”, que obedecem a um cronograma previamente definido, realizadas mesmo sem saber se há presença do fungo na lavoura. As aplicações desnecessárias acarretam em aumento do custo de produção, além de reduzir a eficácia dos fungicidas.

“A identificação dos esporos permite a realização do manejo precoce com uso adequado de fungicidas. E evitar que os produtos disponíveis no mercado percam eficiência de controle”, afirma Ana Paula.

Há três safras, os sojicultores paranaenses contam com o serviço Alerta Ferrugem, que monitora a ocorrência dos primeiros esporos de ferrugem asiática nas lavouras de soja. O Alerta Ferrugem fornece informações que auxiliam na decisão sobre o melhor momento para a aplicação de fungicidas – que não seja de forma precoce, que leva ao desperdício de produto, ou tardia,

comprometendo a produtividade. Com isso, o uso de agroquímicos obedece a critérios estritamente técnicos, levando em consideração três fatores: lavouras no período de florescimento, presença de esporos na região e ambiente favorável para o desenvolvimento da doença.

“Os dados são um indicativo de que o fungo está circulando no ambiente. É um alerta para subsidiar os agricultores e assistência técnica com relação ao momento em que a doença está entrando nas lavouras”, explica Edivan José Possamai, coordenador estadual do Programa Grãos do IDR-Paraná. “A cada três aplicações de um agricultor que não usa as informações do Alerta Ferrugem, o que usa faz apenas uma aplicação”, relata.

De acordo com Possamai, a ferramenta também mostra a importância do vazio sanitário, pois, quanto há cumprimento correto da medida, a doença aparece mais tardiamente nas lavouras. Na safra 2020/21, foram registradas 208 confirmações de esporos, de 249 coletores instalados em propriedades estrategicamente selecionadas nas regiões produtoras no Estado. Na temporada anterior, foram 169 casos.

# Grão da cerveja em evidência

Futura instalação de fábrica de malte nos Campos Gerais reforça opção pelo cereal de inverno. Rentabilidade da cultura vem superando a do trigo nas lavouras paranaenses



Por André Amorim

No ano que vem, o produtor Edilson Luiz Martincoski, de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, pretende dedicar metade da área com cevada na propriedade de 300 hectares. Atualmente, ele destina 20% das lavouras de inverno para o cereal. Há cinco anos trabalhando com o grão da cerveja, Martincoski está animado com a futura instalação de uma maltaria na região, fruto de um investimento conjunto de seis cooperativas (Bom Jesus, na Lapa; Capal, em Arapoti; Castrolanda, de Castro; Coopagrícola, de Ponta Grossa; Frísia, em Carambeí; e Agrária, de Guarapuava) que deve ampliar a demanda do grão na região. “A expectativa é grande”, revela.

Em todos os anos em que cultivou o cereal, Martincoski obteve bom padrão de qualidade dos grãos, o que garantiu lu-

cro com a comercialização da produção. “Quando se planta cevada, a intenção é fazer 100% da produção que possam ir para a maltaria. Se você consegue uma boa germinação, vai obter reembolso maior pela qualidade do grão”, explica.

Até então sua produção era encaaminhada para a maltaria da Agrária, localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava, que atualmente responde por toda demanda de cevada no Estado. A produção é destinada à fabricação de malte cervejeiro, fornecido para todas as cervejarias do Brasil. “Desde o pequeno cervejeiro até grandes empresas como Ambev e Heineken”, afirma o gerente comercial da cooperativa, Jefferson Caus. Com produção de 360 mil toneladas de malte por ano, trata-se da maior maltaria da América Latina, que

atende cerca de 30% da demanda da indústria de cerveja no Brasil.

Com investimentos de R\$ 1,5 bilhão, a nova fábrica de malte, que deverá ser instalada até 2023 na região dos Campos Gerais, deve mudar o mapa da cevada no Paraná (veja o gráfico na página 8). Hoje a produção se concentra na região Central, ao redor da maltaria da Agrária. A expectativa com o novo empreendimento é produzir 240 mil toneladas de malte por ano e gerar 1 mil empregos diretos e indiretos.

## Fomento

Para dar conta deste volume, será necessário fomentar a produção de matéria-prima na região. Segundo Caus, existem diversas estratégias para esti-

# 67 mil ha

É a área atual  
de cevada no Paraná

## Da cevada ao malte

Para transformar a cevada em malte, costuma-se dizer que o grão precisa “estar vivo”, isto é, precisa ter poder de germinação para que o processo tenha sucesso. Uma vez segregadas as diferentes variedades de cevada (para produção de malte não pode haver mistura varietal), os grãos são levados para um tanque e molhados de forma que comecem a germinar. Essa fase explica a importância de um índice de pelo menos 95% de germinação exigido.

Em um ambiente de temperatura controlada, os grãos começam a brotar. Neste processo, cada grão processa as enzimas que vão converter o amido em açúcares, que mais tarde se transformarão no álcool presente na cerveja.

Depois de brotar, os grãos são levados para uma estufa com temperaturas que podem chegar a 80°C, para secagem e torra. De acordo com a variedade escolhida e com o tipo de torra, é possível produzir diferentes tipos de malte, como o Pale Ale, Munique e Vienna. No Paraná, a maltaria existente na região de Guarapuava tem como carro-chefe o malte tipo Pilsen.

mular o plantio da cevada para abastecer a nova fábrica de malte. “É uma série de fatores, além do preço. Hoje já fomentamos a produção nos Campos Gerais. Vamos ter que dobrar, mas é um número pequeno em relação ao potencial de área”, avalia.

Para ser utilizada na fabricação de malte (leia no box ao lado) a cevada deve atender a uma série de requisitos de qualidade. No caso da Agrária são levados em conta dez critérios, como tamanho do grão, percentual de proteína, presença de micotoxinas, poder de germinação, entre outros.

A remuneração também tem que ser interessante para estimular o produtor a atender esses padrões e – mais do que isso – para levá-lo a escolher o grão como opção de inverno, em detrimento

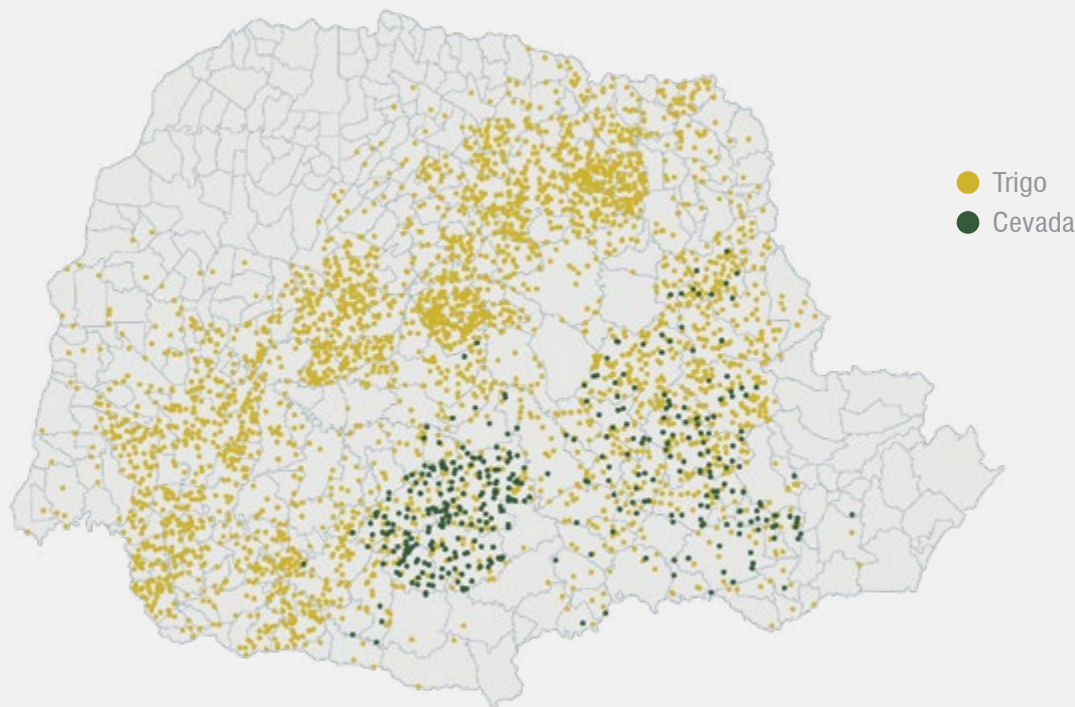
do trigo. Geralmente, a cotação da cevada é definida levando em consideração o preço do produto na Argentina e também o do trigo na Bolsa de Chicago.

“A cevada nacional não pode ficar mais cara que a cevada importada. A paridade é um dos critérios na precificação”, explica Caus.

De acordo com o gerente comercial da Agrária, o volume adicional de malte que passará a ser produzido no Paraná não deve derrubar o preço do produto. “Hoje o mercado brasileiro de malte é de 1,7 milhão de toneladas. Se produzirmos [juntas a maltaria da Agrária e a nova] 600 mil toneladas, poderiam vir mais quatro maltarias iguais que não abasteceria o mercado. A gente concorre com produto importado”, afirma Caus.

## Mapa da produção

Veja onde estão localizados os cultivos de trigo e cevada no Paraná



Fonte: IBGE | Elaboração: Sistema FAEP/SENAR-PR

### Escolha de inverno

A ampliação do mercado para a cevada do Paraná deve mudar o mapa das lavouras de inverno. Hoje, o trigo é a principal cultura, o que faz do Paraná o maior produtor nacional. Para efeito de comparação, na última safra paranaense de trigo ocupou 1,1 milhão de hectares, enquanto a cevada apenas 67 mil hectares. Por outro lado, a evolução da área destinada ao cereal da cerveja vem crescendo a olhos vistos no Estado (veja o gráfico na página 9).

“A produção de cevada vem ganhando espaço, especialmente a partir de 2016. Dentre os principais polos cervejeiros do Estado, a região Centro-Oriental se destaca, passando de 22 mil toneladas em 2009 para 56 mil toneladas em 2019”, destaca Ana Paula Kowalski, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

No caso do produtor Guilherme Frederico de Geus Filho, de Tibagi, o trigo e a cevada convivem juntos há mais de dez anos em um sistema de rotação de culturas que inclui também a aveia. “Ano a ano estamos tentando aumentar a área de cevada. Agora vamos ter mais segurança para plantar”, avalia o cooperado da Frísia.

A expectativa das cooperativas envolvidas no novo empreendimento é chegar a 100 mil hectares de cevada por ano nos Campos Gerais. Para que o cereal encontre ambiente favorável, uma das frentes do projeto é a pesquisa de variedades adaptadas para as condições de clima da região, missão que cabe à Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (Fapa) e à Fundação ABC, órgão de pesquisa agropecuária ligado às cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal.

De acordo com Geus Filho, o valor recebido pela cevada e pelo trigo na cooperativa é muito parecido. “Mas se você

tem um ágio de qualidade, a cevada fica com preço bem melhor”, observa. Apesar do cereal da cerveja ter um custo de produção superior ao do pão, ele remunera os produtores acima do custo operacional há pelo menos quatro safras, de acordo com dados do Programa Campo Futuro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Segundo o levantamento, nas últimas sete temporadas a receita bruta da cevada ficou muito acima da do trigo. Além disso, segundo o produtor de Tibagi, a produtividade também seria maior na cevada. “O teto produtivo é maior. Produz mais que trigo, tranquilamente, de 10% a 15%”, avalia.

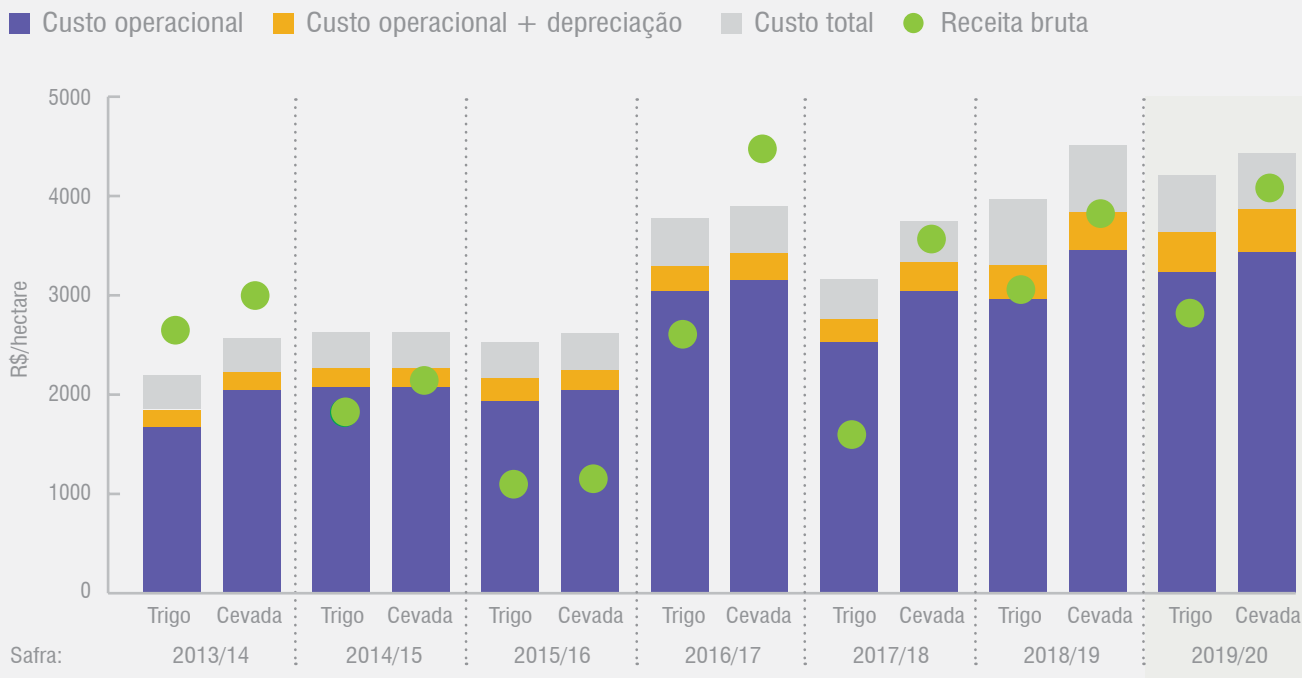
### Opção agrônômica

Outras vantagens da cevada dizem respeito ao seu comportamento agrônômico. Segundo o pesquisador da Embrapa Trigo, Aloísio Vilarinho, a cultura é mais rústica que outras de inverno



## Custo de produção

Comparação entre trigo e cevada na região de Guarapuava



Fonte: Projeto Campo Futuro/CNA | Elaboração: Sistema FAEP/SENAR-PR

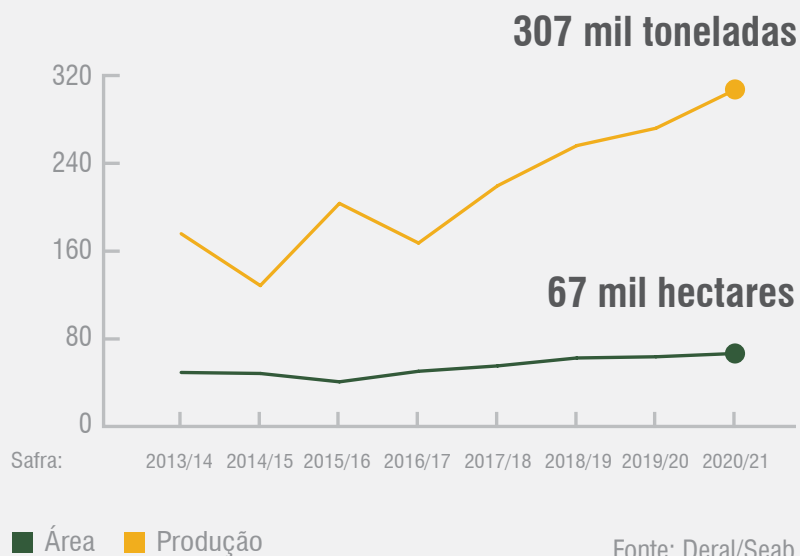
em termos de necessidade hídrica. “No ano passado quando teve estiagem, não chegou a comprometer a produção. E a qualidade foi lá em cima”, aponta.

Segundo o especialista, uma preocupação que deve estar no horizonte dos produtores é o cuidado com o solo, uma vez que a cevada não tolera solos ácidos. “A cultura está sujeita a doenças fúngicas como o oídio e doenças foliares. Também tem que estar atento em relação à giberela, que acontece no final do ciclo, e pode inviabilizar o grão tanto para a alimentação animal [como ração] quanto humana [fabricação de cerveja]”, sentencia Vilarinho.

Segundo o produtor Edenilson Martincoski, de Ponta Grossa, o cereal também produz uma ótima palhada que mais tarde se converte em matéria orgânica, protegendo e enriquecendo o solo. “Para ter lucro com a cevada tem que se planejar, contratar um bom agrônomo, fazer tudo direitinho”, finaliza.

## Evolução da cevada no Paraná

Nas últimas safras, o cereal de inverno aumentou área e produção



Fonte: Deral/Seab

# Gestão centrada na transparência



Sindicato Rural de Toledo, no Oeste do Paraná, aposta em diálogo constante com lideranças locais para definir, em conjunto, objetivos para o setor

Por Toninho Senkovski

Dono da maior economia agro do Paraná, Toledo, na região Oeste, tem um sindicato rural que contribui para que o município tenha atingido e mantenha, ano após ano, seus números faraônicos. Gigantes das proteínas animais e grãos, os produtores rurais locais são engajados na representatividade rural. São mais de 700 sócios em um quadro que segue em ritmo de crescimento nos últimos anos. E para se manter nesses trilhos, a diretoria da entidade aposta em transparência. Um dos frutos mais recentes dessa estratégia de sucesso é a construção de uma sede própria, com investimento de mais de R\$ 3 milhões.

Para se ter ideia da importância de Toledo para o agro paranaense, o município tem o maior Valor Bruto de Produção (VBP) do Paraná. Em 2019, conforme dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), o setor agropecuário local movimentou R\$ 2,7 bilhões. Os grandes destaques da economia local são os suínos de corte (R\$ 789,03 milhões) e aves de corte (R\$ 578,96 milhões), cadeias que irradiam dividendos pela geração de empregos. Das 17,7 mil carteiras assinadas pela indústria em Toledo, 8,7 mil são de vagas em agroindústrias alimentícias.

# R\$ 3 milhões

É o valor investido na construção da nova sede do Sindicato Rural de Toledo



Mas além das proteínas animais, a diversificação é uma marca registrada do agronegócio local. Milho (R\$ 258,3 milhões), soja (R\$ 211,9 milhões), leite (R\$ 112,8 milhões) e vários outros produtos, como as hortaliças, fazem da economia de Toledo ainda mais dinâmica. E com um agronegócio tão robusto e cadeias complexas, o Sindicato Rural de Toledo tem a missão de reunir e encaminhar as demandas dos produtores com suas especificidades. Justamente nesse ponto que se assenta um dos maiores trunfos da entidade.

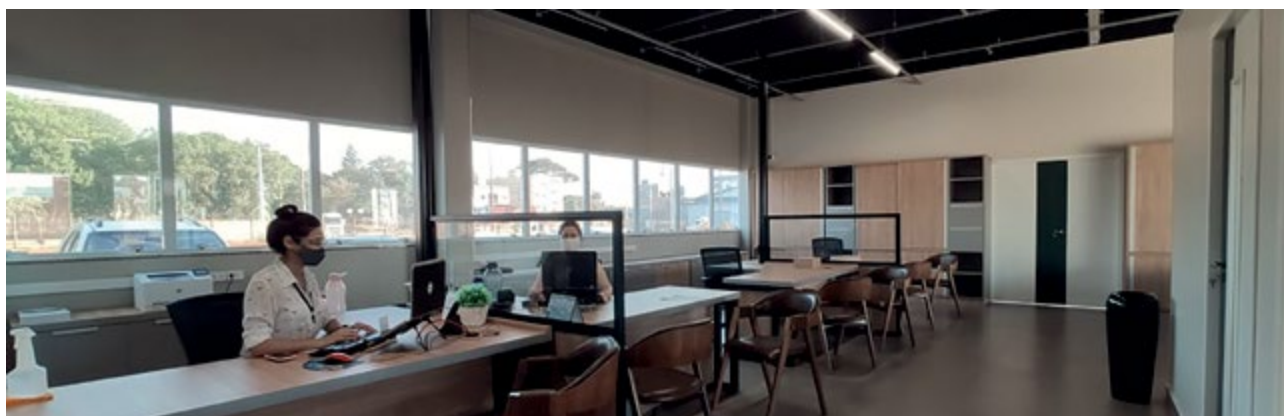
Recém-reeleito para o cargo de presidente do sindicato rural do município para mais três anos, Nelson Paludo sempre apostou em ouvir as demandas de quem está no dia a dia do campo desde que assumiu o comando da entidade, há 20 anos. Na visão do líder sindical, que também acumula a função de presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, a principal missão de uma entidade representativa é estar afinada com os anseios dos seus sócios.

Assim, uma das primeiras coisas ao assumir o sindicato foi fazer uma série de reuniões com as lideranças de localida-

des rurais. “Convocamos grupos de vários distritos, ouvimos todo mundo para ver as necessidades reais. Nosso planejamento é feito junto com os associados. Não podemos gastar energia à toa, então temos que perguntar, ver e ouvir que está atrapalhando, o que os produtores precisam e como podemos ajudar”, recomenda Paludo.

## Prestação de serviços

Nesses encontros, surgiu a demanda que é um dos grandes destaques da atuação do sindicato até hoje e colabora para a conquista de novos sócios. Desde 2008, a entidade viabilizou para os associados e seus familiares um plano de saúde em conjunto. Atualmente, há duas opções de operadoras (Unimed e Sempre Vida), com preços em média 40% mais baratos em relação à contratação direta. “Hoje, temos cerca de 2,2 mil beneficiados. O sindicato é responsável por reunir os valores com os sócios e repassar para as empresas dos planos”, explica o presidente.



Nova sede tem espaço destinado a acolher outras entidades representativas dos produtores

Outro destaque na prestação de serviços está na negociação com operadoras de celular para disponibilizar linhas exclusivas aos associados. Hoje, o sindicato conta com cerca de 600 usuários, com as operadoras Tim e Vivo. “Sai bem mais em conta para o produtor. De ano para ano, nós vamos renegociando o plano. Estamos há 10 anos com esse serviço”, lembra Paludo.

O Sindicato Rural de Toledo também atua com a prestação de serviços de contabilidade aos produtores, com preço diferenciado para os sócios. Além disso, auxilia agricultores e pecuaristas no que for preciso em relação a documentações, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Declaração de Imposto de Renda, Imposto Territorial Rural (ITR), Cadastro de Atualização do Rebanho, entre outros procedimentos de documentação demandados pelos agropecuaristas toledenses.

## Nova sede

A proposta da construção da nova sede não surgiu da cabeça de um único membro da diretoria. Paludo recorda que a sede antiga, no centro da cidade, atendeu bem à demanda dos produtores por décadas. Mas com o crescimento da área urbana e o aumento do fluxo de veículos, quem precisa ir à sede passou a ter problemas. “Quando realizávamos cursos do SENAR-PR, por exemplo, era um transtorno para as pessoas acharem vagas para estacionar. Era preciso deixar o carro longe”, comenta.

O novo prédio fica numa avenida ampla, em um terreno com cerca de 8 mil metros quadrados. A construção de dois pavimentos levou cerca de dois anos para ficar pronta. São 1,2 mil metros quadrados, com destaque para um auditório moderno, capaz de abrigar 150 pessoas. Além disso, diversas salas devem abrigar outras entidades representativas de produtores, como de aves e suínos. A ideia é que o produtor tenha todos os serviços que precisa em um único lugar e, quem sabe até mesmo unificar as taxas a serem recolhidas pelos associados dos sindicatos e dessas outras entidades.

Futuramente, o lote também vai poder abrigar outras construções que poderão ser alugadas e gerar mais renda ao sindicato. A própria sede antiga, no centro da cidade, já está alugada. “É um dinheiro que vai ajudar a manter nossas contas saudáveis, já que as despesas de manutenção na nova sede são maiores”, reflete o presidente.

*“Nosso planejamento é feito junto com os associados. Não podemos gastar energia à toa”*

**Nelson Paludo,**  
**presidente do Sindicato Rural de Toledo**

## Foco nos sócios

Com a nova sede, mais conforto e comodidade para chegar ao sindicato, a expectativa de Paludo é o que o ritmo de crescimento do quadro de associados se intensifique. Apesar de a pandemia ter reduzido a renda, a entidade está em equilíbrio financeiro atualmente. “Temos uma gestão muito transparente e o melhor modo de conquistar novos associados é pela confiança. Quando os produtores confiam e começam a falar entre si sobre o sindicato, aí é que nós ganhamos novos parceiros”, ensina. “É preciso insistir e fazer as coisas da forma mais transparente possível. Quando assumi, tínhamos menos de 50 associados e, com trabalho, foi melhorando. Não tem algo que modifique de uma hora para a outra. A chave está na persistência”, revela.



Antiga sede do sindicato no centro de Toledo

## 50 anos do SR de Mangueirinha

No dia 7 de maio, o Sindicato Rural de Mangueirinha foi contemplado com uma placa comemorativa pelos seus 50 anos. Na ocasião, o supervisor regional do SENAR-PR Eduardo Marcante entregou o quadro ao presidente da entidade, Juarez Alberti, e ao vice-presidente, Milton Luis Feldkircher.



## RedeAgroParaná apresenta resultados

Nos dias 17 e 18 de maio, 25 pesquisadores participaram do seminário da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada (RedeAgroParaná) para a apresentação de dados das pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos três anos. A proposta é a elaboração de um livro com os principais resultados, no formato *online*, até o primeiro semestre de 2022. O seminário teve acompanhamento da técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR Flaviane Medeiros e do consultor científico da mesma entidade, Cleverson Andreoli.



### INFORME

Veja também no site  
[www.fundepecpr.org.br](http://www.fundepecpr.org.br)

#### FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/04/2021

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	366,22	-	-	6,15	-	-	372,37	
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	47.820.178,25	-	2.341.952,64	54.459.563,95	
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.937.414,03	-	200.997,48	17.270.342,37	
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.777.621,09	-	-	8.602.155,72	
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	184.954,11	-	-	262.276,89	
Setor Ovínos e Caprinos	123,76	-	-	18.114,68	-	-	23.953,29	
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	232.503,88	-	-	316.511,79	
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	(141.031,00)	
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)	
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00	
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.548,22</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>58.109.473,30</b>	<b>542.225,27</b>	<b>2.683.981,12</b>	<b>77.567,43</b>	
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>							<b>80.857.608,97</b>	

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

# Do Sudoeste do Paraná para o Brasil

Inspeção de produtos de origem animal de Francisco Beltrão ganha equivalência federal, permitindo que empresas possam comercializar em todo território nacional



Francisco Beltrão produz diversos alimentos como embutidos...



...e queijos que podem ganhar novos mercados

Em abril deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reconheceu a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) do município de Francisco Beltrão, na região Sudoeste do Paraná, junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA). Em linhas gerais, isso significa que as 20 agroindústrias que atuam no processamento de produtos de origem animal, hoje registradas no SIM do município, podem ampliar seus mercados, vendendo em todo território nacional.

“O Ministério reconheceu a eficiência do serviço de inspeção municipal como se fosse um serviço de inspeção federal. Francisco Beltrão conseguiu provar que seus procedimentos são tão eficientes quanto os do Mapa”, explica a chefe do núcleo regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab) em Francisco Beltrão, Denise Chiapetti Adamchuk.

Atualmente estão incluídos no cadastro-geral do Sisbi-POA apenas 28 municípios do Brasil. No Paraná, segundo o Mapa, além de Francisco Beltrão, apenas Cascavel, Guarapuava e Santo Antônio da Platina.

## Sistemas

Existem três esferas do serviço de inspeção: municipal (SIM), que habilita as agroindústrias a comercializarem dentro dos limites do município; Sistema de Inspeção do Paraná (SIP), que tem competência para inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos que atuam no comércio intermunicipal; e o Sistema de Inspeção Federal

(SIF), que habilita a comercialização no território nacional e também para outros países. “O que foi conquistado por Francisco Beltrão é praticamente igual o SIF, com a diferença que não pode exportar”, compara Denise.

A medida vem coroar uma vocação já existente no município para produção de alimentos. “Até pela colonização italiana, tem muita receita de salame, queijo, receitas ancestrais feitas na panela, no fogão à lenha, em quantidades pequenas, que agora estão sendo colocadas dentro de uma pequena agroindústria”, observa a chefe do núcleo regional da Seab.

Na opinião do secretário de Agricultura de Francisco Beltrão, Claudimar Isidoro de Carli, a notícia chegou como uma “bomba positiva” no município e deve, nos próximos meses, ampliar os negócios. Por enquanto apenas um frigorífico de suínos possui o Sisbi-POA e outras três plantas estão em processo de certificação no município (um abatedouro de bovinos, um frigorífico de peixes e uma empresa de embutidos de suínos).

“Isso credencia as empresas a terem a opção de saírem do âmbito do município e levarem a qualidade do Sudoeste para todos os cantos. Horizonte maior de negócio e de volume de venda”, destaca o secretário.

## Susaf

O trabalho para expandir as fronteiras da produção municipal não é de hoje. Outra iniciativa de sucesso encampada em Francisco Beltrão foi a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sani-

dade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte do Paraná (Susaf), que permite que as agroindústrias locais de pequeno porte possam comercializar seus produtos em todo Paraná. De acordo com Denise, da Seab, o Susaf veio preencher uma lacuna que existia na inspeção de pequenas agroindústrias. “O SIP é para agroindústrias grandes. Exista uma faixa de empresas que não eram tão grandes, mas tinham potencial para vender para todo Estado”, observa.

O primeiro laticínio a receber a certificação Susaf no município foi o Vidalat, que fabrica queijos coloniais. Segundo a proprietária Roseli Piekas Capra, a empresa já estava habilitada pelo SIM e comercializava seus produtos dentro do município, em supermercados e também para a merenda escolar. “Com o Susaf passamos a vender para outros municípios da região Sudoeste, para Maringá e estamos em negociação com Curitiba. Ajudou a abrir o leque de vendas”, conta a empresária. “O preço vem sendo interessante, vendendo em outros municípios com cerca de 30% a mais de valor agregado”, complementa. Com capacidade de produção de 60 quilos de queijo por dia, a empresa trabalha exclusivamente com leite produzido na propriedade.

Outra empresa familiar de Francisco Beltrão que encontrou benefícios ao aderir ao Susaf é a Coratho Alimentos, que atua na área de beneficiamento de carnes e produtos de origem animal. “Fomos a primeira empresa do Paraná a receber a certificação do Susaf, motivo este que nos enche do orgulho”, afirma a proprietária Bruna Thomé. Segundo ela, a empresa já vinha se estruturando há três anos para conseguir essa certificação e expandir seu mercado. “Foram realizadas algumas obras para aumentar o espaço físico, reestruturamos os cortes e melhoramos o sistema de embalagem. Também aumentamos o portfólio de produtos e implantamos um controle de qualidade documentado e eficiente”, atesta Bruna.

Hoje, além de Francisco Beltrão, a Coratho vende seus produtos em Pato Branco, Verê, Bom Sucesso do Sul, Enéas Marques, Realeza, Nova Esperança do Sudoeste, Bom Jesus do Sul, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére e Curitiba. “Aqui tem muita concorrência na área de embutidos. Então conseguir sair nos demonstrou uma vantagem em relação à agregação de valor de produtos e aumento das vendas”, avalia a empresária, que em um futuro próximo pretende aderir ao Sisbi-POA. “Como nossa empresa está próxima à divisa com outros Estados, principalmente Santa Catarina, temos interesse”, relata Bruna.

## Trajatória e parceria

Segundo o secretário Carli, o caminho trilhado pelo município para estruturar seu serviço de segurança agropecuária passou pela criação de parcerias entre os poderes público municipal e estadual e também o setor privado. “É um trabalho muito extenso, que depende de uma equipe capacitada de veterinários, inspetores em linhas de abate, para ter uma certificação que garanta que nosso produto vai correr o Brasil e ter qualidade”, afirma.

Nesse processo, segundo Carli, o SENAR-PR foi um parceiro de primeira hora do poder municipal. “O SENAR participa desde o início com vários cursos. Agora estamos vindo para preparar as pessoas para voos maiores fazendo cursos de gestão de negócios. A gente tem uma via aberta com o SENAR, um agente de transformação muito importante”, pontua o secretário.

# Memória do Campo



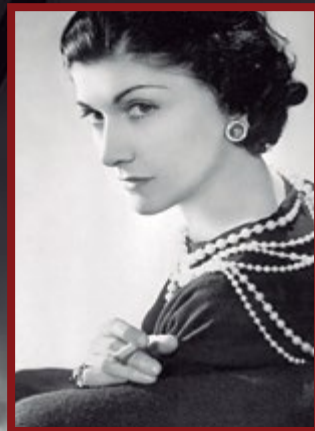
## Capacitação coletiva

O SENAR-PR terminou 1994 comemorando a marca de mil cursos realizados, capacitando mais de 12 mil produtores e trabalhadores rurais, nas mais diversas áreas do setor agropecuário. Na ocasião, a entidade criou um ano antes estava em seu segundo ano de atividades e já tinha capilaridade a ponto de oferecer cursos em todas as regiões do Paraná.

A marca dos mil cursos foi noticiada na edição 365 do Boletim Informativo, publicado em dezembro de 1994. Na ocasião, o SENAR-PR se preparava para intensificar a oferta de capacitações a partir de mutirões. O presidente do Conselho Administrativo da entidade, Ágide Meneguette, destacou a importância da disseminação dos cursos. “A base da eficiência da propriedade rural não está apenas na organização gerencial. Ela começa a partir da qualidade de sua mão-de-obra rural”, disse, na época.

De lá para cá, o SENAR-PR já promoveu mais de 177 mil cursos, com quase 3,5 milhões de pessoas atendidas, nos eixos de formação profissional, promoção social e desenvolvimento de talentos humanos. Mesmo com a pandemia do novo coronavírus, a entidade ofereceu 1,5 mil cursos ao longo do ano passado, nas modalidades de ensino a distância e presencial — neste caso, seguindo os protocolos sanitários e obedecendo aos decretos municipais.

# O FLERTE NAZISTA DE COCO CHANEL



**Famosa estilista da alta costura francesa se envolveu com o regime alemão, chegando a atuar como agente durante a Segunda Guerra Mundial**





O mundo conhece Coco Chanel por suas confecções, perfumes e cosméticos. A estilista revolucionou o universo da moda, tendo deixado sua marca como ícone da alta costura feminina e por dar nome à famosa fragrância Chanel nº 5. Nascida Gabrielle Bonheur Chanel em 1883, ganhou o apelido de Coco por volta dos 24 anos – possivelmente a partir da canção “Qui qu’a vu Coco dans l’Trocadéro”, que interpretava enquanto trabalhava em um café.

Mas, por trás do glamour das criações, a estilista francesa adotou uma dupla identidade durante a Segunda Guerra Mundial, colaborando com os nazistas. Quando o exército de Hitler invadiu a França, em 1942, Coco Chanel já era famosa entre as celebridades e seu estilo ditava moda em todo o mundo. À frente de uma “*maison*” renomada, sua principal função era fornecer seus contatos pessoais e “poderosos” ao regime.

Ao longo da invasão do solo francês (1940-1944), a estilista ficou hospedada no luxuoso Hotel Ritz, usado então como sede das operações dos alemães na França. Neste período, ela estava constantemente ao lado do barão Hans Günther Dincklage, oficial de alto escalão da inteligência militar alemã (Abwehr), com quem viveu um longo romance.

Dincklage foi o responsável por envolvê-la na inteligência alemã, com quem negociou uma constante troca de favores. Com isso, Chanel foi registrada pelos nazistas como Agente F-7124. Para libertar seu sobrinho André Palasse, prisioneiro de guerra dos nazistas, Coco serviu como mediadora entre os alemães e as suas importantes conexões – que incluíam o então homem mais rico da Europa e ex-amante, duque de Westminster, e o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill.

No início de 1944, com a maré virada contra a Alemanha, atuou como mediadora na Operação Modelhut (“chapéu da moda”, em português) – uma referência às coleções de chapéus criadas por Chanel. A missão era convencer Churchill a apoiar alguns oficiais nazistas em um golpe contra Hitler, parceria que foi recusada.

Ao lado de Dincklage, a primeira-dama da alta costura desfrutou uma vida de luxo enquanto os franceses viviam em miséria. Nos quatro anos em que viveu no Hotel Ritz, ga-

nhou inúmeras autoridades nazistas como vizinhos de quarto. Coco, inclusive, chegou a ir a Berlim para conhecer o chefe da Abwehr, o general Walter Schellenberg. Além disso, ela aproveitou-se das leis nazistas para tentar tirar a empresa Chanel S.A. das mãos de seus sócios judeus, Pierre e Paul Wertheimer, que haviam contribuído, desde o início, em sua carreira como estilista e para o sucesso do Chanel nº 5.

A ligação de Coco Chanel com o nazismo foi retratada em detalhes na biografia “Dormindo com o Inimigo – A Guerra Secreta de Coco Chanel”, do jornalista Hal Vaughan. Segundo a obra, Coco Chanel “era uma antissemita confirmada”. Nascida em uma família pobre em Saumur, interior da França, descobriu a importância de se manter bons contatos quando, no início da vida adulta, se envolveu com o ex-oficial e herdeiro Étienne Balsan. Em seguida, conheceu o empresário inglês, Boy Capel, que a ajudou a abrir seu primeiro estabelecimento, dedicado à fabricação de chapéus.

Nos arquivos do Ministério da Defesa francês, há uma ficha que confirma o papel de agente da estilista, conhecida pelo codinome “Westminster”, referência ao homem que fora seu amante durante os anos 20. O episódio se encaixa na biografia assinada por Hal Vaughan, segundo a qual a grande dama da moda foi uma “feroz antissemita”, cujo entusiasmo a levou a exaltar Hitler como um “grande europeu”.

Após a libertação da França pelos aliados, em 1944, Coco foi acusada de ter relações com o nazismo e fugiu para a Suíça, país considerado neutro durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945, Chanel começou a comprar o silêncio daqueles que tinham conhecimento de suas relações com a Abwehr. Durante muito tempo, ela continuou enviando dinheiro a Dincklage, como uma forma de ajudar o amante que estava exilado e teve o pedido negado para entrar na Suíça.

A estilista compareceu à justiça francesa em 1949, quando foi acusada de vários crimes de guerra – o que negou firmemente. Sua “*maison*” ficou inativa por 15 anos, retomando, com sucesso, a produção de moda em 1954. Coco Chanel retornou ao país-natal em 1956 – sempre com a ajuda de seus importantes contatos – e morreu em 10 de janeiro de 1971, aos 87 anos, em seus aposentos no Hotel Ritz.

# Cinco anos construindo consenso

Sancionada em 2016, Lei da Integração estabeleceu diálogos constantes entre produtores integrados e agroindústrias, levando mais transparência e equidade às relações

Por Felipe Aníbal



Quando se sentou à mesa de negociação naquele novembro de 2016, o suinocultor Emanuel Choaire tinha a percepção de que participava de algo que mudaria a relação entre integrados e a agroindústria. Tratava-se da primeira reunião no Paraná de uma Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec), constituída de forma paritária por produtores e representantes da empresa. Nunca, até então, suinocultores de Carambéi, nos Campos Gerais, e do Paraná tinham tido a oportunidade de negociar de igual para igual com empresários – no caso, com representantes da Seara/JBS, à qual trabalhavam em regime de integração. Logo na primeira pauta, os produtores foram atendidos: conseguiram um reajuste de 5% no preço-base do leitão.

“Essa primeira reunião é a de que eu mais lembro. Foi uma reunião tensa. Estávamos havia quase seis anos sem reajuste. Aí, tivemos essa vitória. A partir dali, as coisas só melhoraram”, relembra Choaire. “Hoje, a relação entre produtores e a agroindústria está bem tranquila. Todas as partes são ouvidas, cada um mostra o seu lado e chegamos

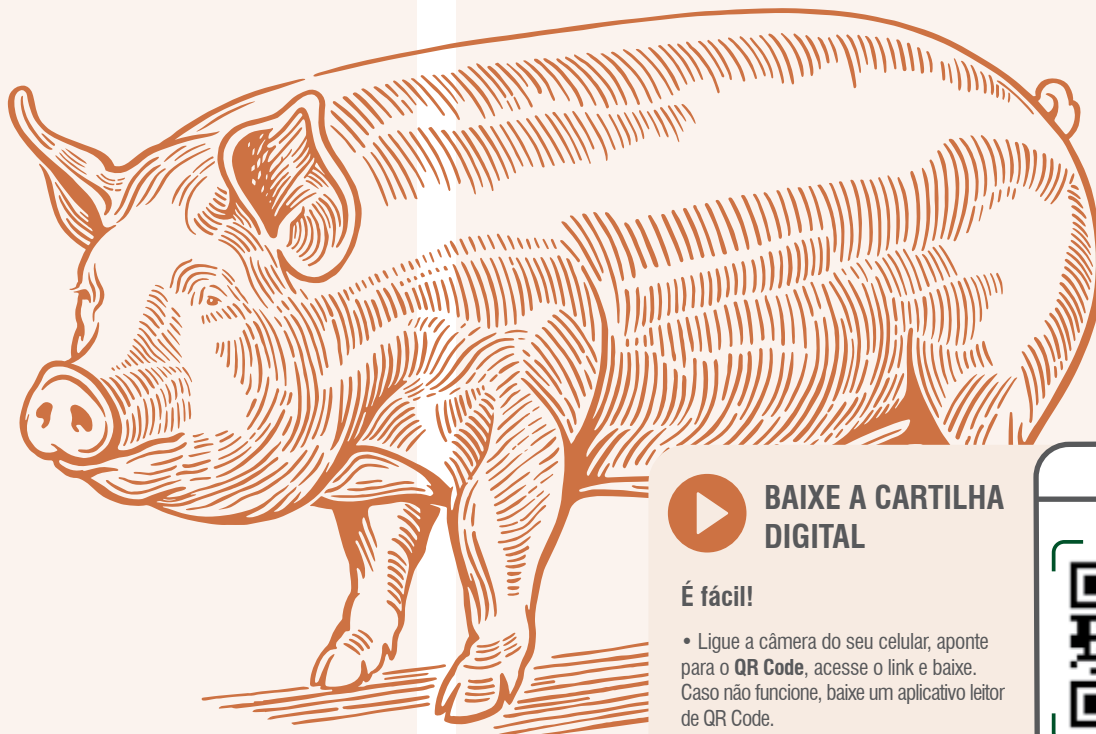
a um consenso. Sempre vão ter impasses, mas temos esse canal de diálogo, que é importante. Estamos no caminho certo”, afirma o suinocultor.

Instrumento que viabilizou o diálogo, a Cadec foi criada graças à Lei da Integração (Lei 13.288/2016), que tinha sido sancionada cinco meses antes, em maio de 2016. Ao completar cinco anos, o marco regulatório tem sido determinante para consolidar o diálogo

entre integrados e integradoras, criando consenso com transparência e equidade. Principal fórum de equilíbrio previsto pela lei, as Cadecs se disseminaram pelo território paranaense – Estado com o maior número de comissões instaladas. O Paraná tem 24 Cadecs já consolidadas – 18 na avicultura e 6 na suinocultura –, além de oito em processo de implantação. Não à toa, o Paraná serve como referência ao restante do país,



O suinocultor Emanuel Choaire: integração no caminho certo



## BAIXE A CARTILHA DIGITAL

### É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e baixe. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou faça o *download* no nosso site [sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)



a ponto de ter inspirado a criação do “Projeto Cadec Brasil”, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que tem por objetivo fomentar e dar suporte à instituição de comissões em integrações de todas as regiões.

## Equilíbrio

Mas por que a Lei da Integração e, por conseguinte, as Cadecs são tão importantes para manter o equilíbrio entre produtores e integradoras? Para responder a essa questão é preciso olhar o período anterior ao marco regulatório. Embora o regime de integração já exista no Brasil desde a década de 1960, não havia uma legislação que regulamentasse a relação entre integrados e a agroindústria. Muitos dos contratos eram firmados como “parceria”, de acordo com mecanismos do Estatuto da Terra. Nesse contexto, os produtores ficavam em condições desfavoráveis, já que os termos dos contratos ficavam nas mãos das empresas. Não havia espaços para resolver impasses ou conflitos. Assim, muitos casos acabavam indo parar na justiça.

“A lei define o que é um contrato de integração e parâmetros mínimos, com

obrigações e direitos para o integrado e para a integradora. Estabelece, por exemplo, que parâmetros os contratos devem ter”, resume o técnico Ruan Felipe Schwertner, do Departamento Jurídico do Sistema FAEP/SENAR-PR. “Na prática, antes da lei, os produtores não tinham força nem para discutir termos do contrato. O poder ficava nas mãos da integradora”, acrescenta.

## Estímulo às Cadecs

Além de estabelecer as regras para a integração, a legislação instituiu as Cadecs como um espaço para minimizar impasses entre integrados e a agroindústria, visando a construção do consenso entre as partes. Ciente da importância dessas comissões para dar voz aos produtores rurais, com a sanção da lei, o Sistema FAEP/SENAR-PR criou o Núcleo de Cadecs, com o objetivo de estimular a criação e consolidação de comissões nas unidades produtivas conduzidas em regime de integração no Paraná. Na prática, a Federação acabou se tornando o grande agente responsável para que o Estado viesse a se tornar referência nacional no que diz respeito à integração.

Constituído por profissionais do Sistema FAEP/SENAR-PR, o núcleo vem prestando todo tipo de assessoramento às Cadecs, desde a realização de assembleias no interior tirando dúvidas sobre as comissões, auxiliando produtores na elaboração do regimento interno e subsidiando-os com informações técnicas para negociações com a agroindústria. Essa equipe continua disponível, prestando apoio aos integrados de todo o Estado.

“A Federação foi o agente que fez a diferença. Quando a lei foi criada, a FAEP disseminou a informação no campo, unindo produtores e agroindústria. É um trabalho que não se restringiu a formar as Cadecs, mas prestamos assessoria permanente. Chegam muitos pedidos para palestras, auxílios para realização de assembleias, instruções para realização de eleições, pedidos de pareceres. Tudo isso é uma prioridade para a Federação”, ressalta Mariana Assolari, técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR e responsável pela cadeia da avicultura. “O trabalho tem sido um sucesso, tanto que o Paraná é quem tem mais Cadecs”, complementa.

Quem atua diretamente na prestação dessa assessoria é testemunha dos resultados obtidos lá na ponta, principalmente a partir da equidade entre os agentes da integração. “A lei trouxe muitos benefícios. Nós percebemos que nas integrações em que há Cadec, os produtores têm uma melhor gestão de sua produção e as demandas são atendidas. Eles têm condições de se fazer ouvir pela agroindústria. Ocorreram reajustes que, antes, não eram feitos e uma relação mais clara. As Cadecs trouxeram os dois – produtores e indústria – para essa relação paritária, mais aberta e com diálogo permanente”, observa Nicolle Wilsek, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR e responsável pela cadeia da suinocultura.

## Confira alguns aspectos da Lei da Integração:

**Integração:** Sistema produtivo em que a agroindústria fornece ao produtor todos os insumos. Com estrutura própria, o pecuarista integrado, por sua vez, recebe os insumos e produz os animais, de acordo com a demanda da agroindústria. Posteriormente, a empresa recolhe, abate e processa os animais.

**Lei da Integração:** Sancionada em 2016, a Lei 13.288/2016 define direitos e deveres de produtores integrados e da agroindústria, estabelece parâmetros mínimos a serem previstos em contrato e institui as Cadecs.

**Cadecs:** Formada de forma paritária por produtores e membros da agroindústria, as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) são um instrumento diálogo, que tem por objetivo dirimir conflitos entre as partes.

## Conquistas

O produtor rural Carlos Eduardo Maia começou na avicultura em 2016, atraído pelas perspectivas de rentabilidade e pelo giro financeiro da atividade. Logo no início, por meio da FAEP, passou a ouvir sobre a Lei da Integração, que tinha sido sancionada havia pouco tempo. A partir das informações da Federação, ele e outros produtores consideraram que a formação de uma Cadec seria fundamental para melhorar o relacionamento com a integradora, a JBS. Em outubro de 2017, a comissão foi instituída. De lá para cá, a relação entre as partes se tornou mais harmônica.

“A integradora atua em um raio de 100 quilômetros. Na comissão, temos representantes de cada região dentro dessa área. A gente contemplou todas as realidades”, diz. “Se tivermos alguma questão, sabemos que a cada 60 dias tem reunião. Muitas vezes, precisamos bater o pé. Em outras, temos que recuar e ver o lado da indústria. Mas é isso: transparência. E o relacionamento é muito bom por isso”, destaca o avicultor, que administra uma propriedade em São João do Caiuá, Noroeste do Paraná, com capacidade de alojar 3 milhões de aves por ano.

Desde então, os integrados conseguiram uma série de conquistas, como remuneração em razão de abatimentos sanitários, melhoras constantes na qualidade da ração fornecida pela agroindústria e otimização da equipe de apanha, além da pacificação de pontos do contrato que antes da lei não eram cumpridos pela empresa.

Para os próximos meses, a prioridade da comissão é se debruçar sobre os custos de produção, a fim de obter o reajuste na remuneração dos avicultores. “Se não fosse a Cadec, não teríamos essas vitórias. Nossa integração tem cerca de 90 produtores. A grande maioria reconhece esses resultados”, diz Maia.

Em Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná, avicultores integrados à BRF também obtiveram avanços a partir da consolidação da Cadec. Membro da comissão desde 2018, Elivelton Antônio Bosi aponta o diálogo constante como o principal ponto da relação, principalmente por se tratar de uma agroindústria de atuação nacional. “Em se tratando de uma empresa que está em todo o Brasil, muitas vezes ela não consegue atender produtor por produtor, de acordo com a demanda de cada região. Com a comissão, nós conseguimos ter esse diálogo, com reuniões a cada 60 dias, para tratar de rotinas e fazer ajustes”, exemplifica.



Maia: transparência nas negociações

# Cadecs no Paraná

Confira onde estão localizadas as unidades produtivas e o estágio de desenvolvimento de cada Cadec



**11**

unidades produtivas na suinocultura

**6**

com Cadecs consolidadas

**1**

com Cadecs em implementação

**4**

sem Cadec implementada



**31**

unidades produtivas na avicultura

**18**

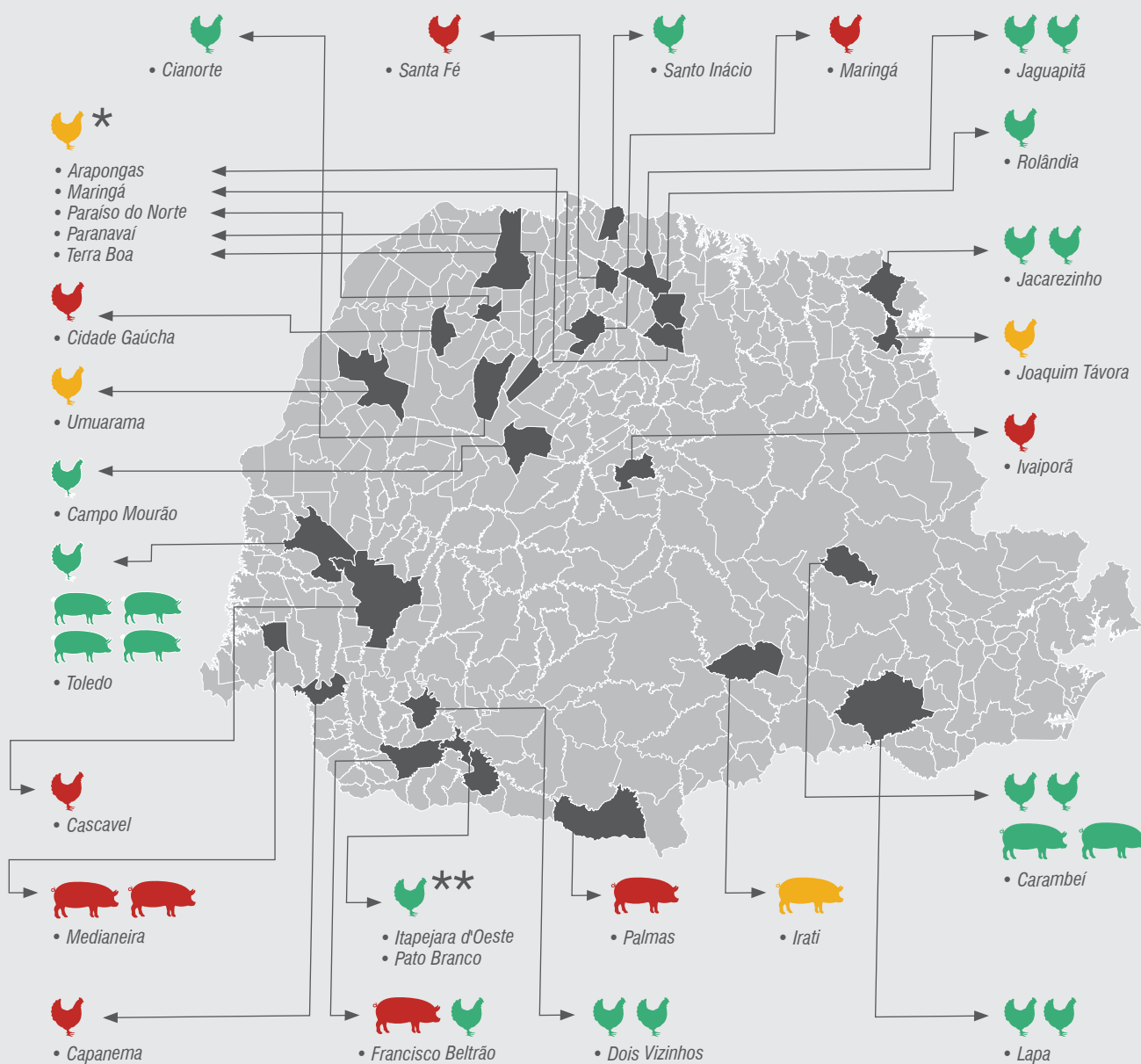
com Cadecs consolidadas

**7**

com Cadecs em implementação

**6**

sem Cadec implementada



\* Uma única Cadec atende às unidades produtivas nos municípios de Arapongas, Maringá, Paraíso do Norte, Paranavaí e Terra Boa;  
 \*\* Uma única Cadec atende as unidades produtivas nos municípios de Itapejara d'Oeste e Pato Branco.  
 Fonte: Sistema FAEP/SENAR-PR

Em Carambeí – no exemplo que mencionamos no início desta reportagem –, as conquistas não se restringiram aos reajustes conseguidos em 2016, no início dos trabalhos da Cadec. No ano passado, os suinocultores conseguiram uma nova reposição de 11% na remuneração. “Para este ano, acertamos um novo reajuste de 5%. Faremos os reajustes semestrais, até por causa da pandemia. Se tiver muita oscilação de inflação, a indústria se dispôs a atender aos produtores. Se não tiver, a gente está disposto a ceder. Nesses anos todos, só vi resultados positivos”, aponta Emanuel Chaire.

Os bons exemplos não param por aí. No ano passado, avicultores integrados de Cianorte, no Noroeste do Paraná, conseguiram que a integradora Avenorte aprovasse uma série de demandas dos produtores, entre as quais, o aumento do preço pago por quilo de frango. A conquista veio após uma série de mobilizações, que incluiu uma carreata promovi-



O avicultor Elivelton Bosi adquiriu mais experiência nas negociações

da por produtores rurais do município e uma paralisação no alojamento de aves.

Em 2018, quando oito plantas agroindustriais do Paraná foram descredenciadas a exportar, em razão de um embargo da União Europeia, as Cadecs entraram em cena e negociaram para que os avicultores integrados fossem

remunerados no período em que os aviários ficaram parados. Naquele mesmo ano, quando o Brasil enfrentava a greve dos caminhoneiros, as comissões conseguiram que os grevistas liberassem o transporte de ração e insumos que abasteceram granjas e aviários, evitando a morte de animais.

## FAEP: da atuação pela criação da lei ao estímulo às Cadecs

A sanção da Lei da Integração, em maio de 2016, foi reflexo de anos de trabalho ininterrupto. Apresentada em 2011, pela então senadora Ana Amélia (PP/RS), a proposta contou com apoio maciço do setor produtivo. Neste contexto, a atuação de entidades como a FAEP e a CNA foram determinantes. O projeto foi aprovado no Senado, mas começou a tramitar de forma muito lenta na Câmara. Deputados apresentaram emendas que ameaçavam enfraquecer a proposta inicial. Foram necessários cinco anos de debates, com a participação de 85 entidades representativas, para que a lei fosse, enfim, aprovada e sancionada.

“A Lei da Integração foi uma grande conquista, que trouxe equilíbrio entre produtores e a agroindústria. Como não havia regulação, as duas partes não tinham segurança jurídica para produzir”, diz o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR,

Ágide Meneguette. Nós tivemos participação intensa na aprovação da lei, com muita interlocução com parlamentares, participando de audiências públicas e subsidiando os parlamentares com dados técnicos”, acrescenta.

O Sistema FAEP/SENAR-PR, a partir de então, passou a priorizar a disseminação das Cadecs pelo interior, levando informações aos produtores e às agroindústrias, e instituindo o grupo de trabalho para assessorar os integrados. A entidade foi além: na ponta, seus técnicos perceberam a necessidade de capacitar os produtores que participariam das comissões. Assim, desenvolveu-se um curso de três módulos independentes – noções jurídicas; técnicas de negociação; e condução de reuniões – voltados a treinar avicultores e suinocultores para as reuniões com as integradoras. Quase 200 produtores já foram capacitados.

“Na mesa de negociação, os integrados encontraram pessoas bastante

capacitadas, do lado da agroindústria. Eram gerentes, supervisores e técnicos que tinham os dados em mãos. Nós diagnosticamos a necessidade de capacitar os produtores, para que eles pudessem ir para negociação em pé de igualdade com a agroindústria. Eles precisavam não só de argumentos técnicos, mas conhecer a legislação e saber como apresentar as reivindicações”, diz Ruan Felipe Schwertner, do Sistema FAEP/SENAR-PR.

A iniciativa tem feito a diferença. O avicultor Elivelton Antônio Bosi é um dos que concluiu o curso. Mesmo já tendo experiência anterior em negociação – ele é formado em administração de empresas –, o produtor rural destaca o conteúdo específico como um dos pontos fortes dos módulos.

“Contribuiu muito, porque dá a prática real do que acontece nas Cadecs. É um treinamento que ajuda o produtor a entender a dinâmica das comissões e, depois, a fazer as negociações andarem”, aponta.

## A percepção sobre a lei

Em pesquisa realizada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR com 343 produtores rurais, os entrevistados apontaram o que sabem a respeito da Lei da Integração e o que pensam sobre seu funcionamento

Qual é a sua cadeia produtiva?

86% Avicultura



9% Suinocultura



5% Outras atividades

Você sabia que desde maio de 2016 está em vigor a Lei da Integração?

72% Sim



28% Não



Você sabia que a Lei da Integração criou conteúdos mínimos para os Contratos de Integração, como por exemplo, padrão de qualidade de insumos, fórmula clara de pagamento, prazo para o aviso prévio contratual, dentre outros?

67% Sim



33% Não



Você sabia que a Lei da Integração criou as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs)?

79% Sim



21% Não



Você sabe o que é e para que serve a Cadec?

82% Sim



18% Não



Percentual de entrevistados que concordam que a Lei da Integração trouxe os seguintes benefícios:

31%

Maior diálogo

24%

Transparência

17%

Equilíbrio contratual

16%

Remuneração mais justa

Sobre os treinamentos do SENAR-PR a respeito da Lei da Integração:

Tem conhecimento dos cursos ofertados?

52% Sim



48% Não



Tem interesse nesses cursos?

86% Sim



14% Não



**Os entrevistados também apontaram o que pode ser aprimorado nas relações de integração:**

- Difundir ainda mais a legislação;
- Retorno das atividades do Fórum Nacional da Integração (Foniagro);
- Fomentar a organização dos produtores;
- Criar mecanismos que permitam o acompanhamento do cumprimento da lei.

# Espera para receber da Seara completa quatro anos

Ao todo, 1,1 mil agricultores aguardam desfecho de leilão de bens da empresa para terem dívida milionária quitada



A batalha judicial de cerca de 1,1 mil agricultores para receber uma dívida que passa dos R\$ 80 milhões da Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários, em Sertãoópolis, no Norte do Paraná, entrou no seu quarto ano. Em 2017, produtores rurais da região venderam suas respectivas produções de soja do ciclo 2016/17 à companhia. Na hora de receber o dinheiro referente à venda, a Seara entrou em processo de recuperação judicial. Desde então se arrastam os trâmites jurídicos que ainda não resultaram em dinheiro no bolso dos agricultores.

O produtor rural e presidente do Sindicato Rural de Santa Mariana, Anselmo José Bernardelli, relata que os últimos quatro anos foram tempos difíceis, pois ele tem 6,4 mil sacas de soja para receber. “Consegui negociar as dívidas no banco em quatro parcelas anuais, terminei de pagar nesse ano. Foram vários produtores na região que tiveram que fazer o mesmo. Nesses últimos anos, conseguimos produzir e honrar as dívidas, mas ficou esse dinheiro para trás. Agora, com a seca que estamos enfrentando, está fazendo mais falta do que nunca”, relata o agricultor.

Assim como Bernardelli, há produtores de toda a região na mesma situação, que precisaram renegociar dívidas. Os municípios mais afetados são Abatiá, Alvorada do Sul, Assaí,

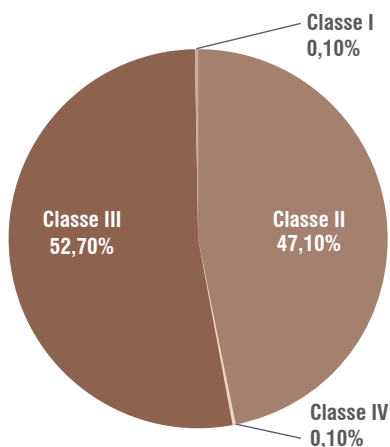
Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Londrina, Nova América da Colina, Primeiro de Maio, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, São Sebastião Moreira, Sertãoópolis e Ventania.

A última grande novidade em relação ao recebimento do dinheiro ocorreu em 5 de fevereiro de 2019. Nesta data, em uma assembleia geral, realizada em Londrina, os agricultores credores da Seara participaram da aprovação de um Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Na ocasião ficou acertado que a companhia buscava no mercado um empréstimo para o pagamento dos 1,1 mil produtores. O mesmo acordo também previa que, caso não houvesse sucesso na obtenção do empréstimo, seriam transferidos aos produtores bens pertencentes à empresa para honrar a dívida.

O advogado Bruno Pirog Stasiak, da A. Santos Advogados, que representa a Seara Agroindustrial, explica que não foi possível obter o empréstimo. Por isso, o processo passou para as próximas etapas do PRJ, que envolvem desembaraçar os bens a serem transferidos aos produtores, como caminhões, imóveis, propriedades rurais e terminais de carga. “Nesse período, o que acabou demorando mais do que prevíamos inicialmente foi o processo de desonerar os bens, o que conseguimos concluir na primeira semana de maio”, revela.



## Relembre o tamanho da dívida da Seara e a ordem de pagamento dos credores



**Classe I** - Funcionários e ex-funcionários com pendências trabalhistas  
R\$ 2,2 milhões  
0,10% do total da dívida

**Classe II** - Credores com garantia real (como bancos e instituições financeiras)  
R\$ 1,2 bilhão  
47,10% da dívida

**Classe III** - Credores sem privilégios específicos (entre os quais, produtores rurais)  
R\$ 1,4 bilhão. Destes, R\$ 83 milhões a produtores rurais  
52,70% da dívida

**Classe IV** - Micro e pequenas empresas  
R\$ 2,2 milhões  
0,10% da dívida

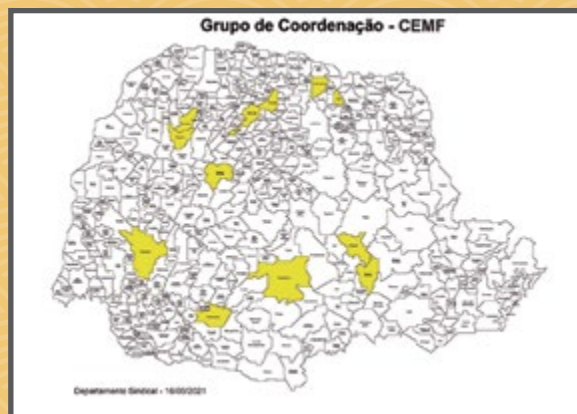
Ainda segundo Stasiak, a demora ocorreu, principalmente, porque várias pessoas físicas e jurídicas estão cobrando dívidas da empresa. Além disso, o processo de recuperação judicial, regulado pela Lei 11.101 de 2005, tem uma ordem de pagamento a seguir. Assim, quando um juiz trabalhista (onde tramitam ações dos credores de Classe I) faz uma penhora em uma ação movida por ex-funcionários, por exemplo, todo o processo é paralisado.

“Tivemos que ultrapassar todas essas situações trabalhistas. Foi necessário até mesmo ir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para conseguirmos que a juíza de Sertãoópolis tivesse garantida a competência para deliberar sobre os bens da recuperação constantes no plano aprovado em 2019 pelos produtores”, detalha o advogado da Seara.

## Próximos passos

Com a desoneração dos bens, segundo Stasiak, agora vai ocorrer a abertura de um edital para leilão dos bens destinados a pagar a dívida com os produtores rurais. O dinheiro arrecadado, além dos bens que não forem arrematados em leilão, serão transferidos para uma empresa criada para ser gerida pelos agricultores, chamada Credores Estratégicos S.A. Esta vai receber os ativos e, em assembleia, os produtores vão decidir como será a divisão proporcional dos créditos. A previsão é que a transferência dos recursos e bens à essa empresa ocorra até o fim de julho, de acordo com o advogado da Seara.

Vale lembrar que a Seara envolvida no processo de recuperação judicial não tem relação com a Seara Alimentos do grupo JBS.



## Representatividade com abrangência estadual

A Comissão Estadual de Mulheres da FAEP foi criada com o objetivo de fomentar o protagonismo feminino no campo. Para cumprir esse propósito, uma das estratégias é proporcionar um espaço de crescimento mútuo para as mulheres, estreitando as relações e estimulando a troca de experiências.

A coordenação da comissão é formada por mulheres de diversos municípios do Paraná, o que permite maior capilaridade para a atuação das participantes. Dessa forma, é possível absorver diferentes opiniões e atender a um número variado de demandas, o que facilita a integração entre os múltiplos perfis de mulheres do agronegócio paranaense.

As atuais participantes da Comissão foram convidadas pela coordenadora, Lisiane Rocha Czech, do município de Teixeira Soares, por já atuarem em grupos vinculados aos sindicatos rurais. A ideia é que, conforme novas comissões locais sejam formadas (confira detalhes na próxima edição desta coluna), a comissão possa abranger todo o Estado.

Atualmente, a coordenação é composta por: Adriana Botelho, de Cândói; Alaíde Alevatto, de Uraí; Ana Cristina Versari, de Maringá; Carla Rossato, de Sertãoópolis; Gladis Knebel Schneider, de Toledo; Hildegard Abt, de Guapuva; Keilla Guardevir, de Tapejara; Larissa Gallassini, de Campo Mourão; Maria Beatriz Bonoto Orso, de Cascavel; Mariluce Anchieta, de Astorga; Marisa Mior Acorsi, de Chopinzinho; Marli Scheifer, de Ipiranga; Roseli Celestino, de Ivatuba; e Simone Carvalho Bossa de Paula, de Rondon.

# Parceria para plantar, solidariedade para colher

Com apoio do SENAR-PR, projeto da horta comunitária de Araruna gera conhecimento, segurança alimentar e renda para dezenas de famílias



Para participar do projeto, um pré-requisito é fazer os cursos do SENAR-PR

Cinco e meia da manhã um jovem levanta para molhar os vegetais. Logo chegam outros produtores para ajudar na lida, trazem mudas, trabalham os canteiros e colhem as hortaliças que, mais tarde, outros integrantes do grupo levarão para a venda. O trabalho é grande, mas compartilhado por muitas mãos. Na horta comunitária da Nova Brasília, comunidade do município de Araruna, na região Noroeste do Estado, cerca de 15 famílias se revezam nas atividades de produção e comercialização de vegetais.

A iniciativa nasceu de uma parceria entre a prefeitura do município, a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), que proporcionaram recursos humanos e financeiros e o terreno para instalação da horta comunitária, o SENAR-PR, que disponibilizou os cursos do Programa Hortimais para capacitar os participantes, e o Sindicato Rural de Araruna, que promoveu as capacitações.

O objetivo central da iniciativa é proporcionar segurança alimentar a uma comunidade, até então economicamente vul-

nerável, e uma nova opção de geração de renda, sem falar no conhecimento técnico advindo dos cursos do SENAR-PR. “Esse projeto tem um cunho social importante. Ele começou na gestão anterior, mas quando eu entrei [na atual gestão do município] busquei a Seab, o SENAR-PR e o sindicato rural local para fazer essa proposta crescer”, conta Sidnei Tomiatto, assistente social da Prefeitura de Araruna.

No terreno de 600 metros quadrados onde foi instalada a horta comunitária de Nova Brasília existe produção de uma grande variedade de hortaliças, como repolho, couve-flor, cenoura, berinjela, quiabo, rúcula, beterraba, cheiro-verde e couve. Segundo Tomiatto, para que a produção tenha a qualidade desejada, um dos pré-requisitos para participar do projeto é fazer os cursos do SENAR-PR. “A horta vai se desenvolvendo conforme os cursos. Por exemplo, é realizado o curso de solos, aí os integrantes trabalham os canteiros. Depois vem o curso de nutrição, eles trabalham a adubação das plantas. E assim vai. No oitavo curso a horta já está produzindo”, conta o assistente social.



# 9 cursos

do Programa Hortimais, do SENAR-PR, estão sendo usados para capacitar os participantes da horta comunitária de Araruna

de 40 famílias. Em maio, 20 famílias de São Geraldo já estão se capacitando por meio dos cursos do SENAR-PR para colocar em prática seus conhecimentos, estamos atendendo o público”, afirma a mobilizadora do Sindicato Rural de Araruna, Thais Mendes.

“Com a formação profissional rural gratuita e de alta qualidade oferecida pelo SENAR, alcançamos resultados e sonhamos mais no futuro”, destaca Thais Vilmara Martim, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município.

*“Com a formação profissional rural gratuita e de alta qualidade oferecida pelo SENAR-PR, alcançamos resultados e sonhamos mais no futuro”*

**Thais Vilmara Martim,  
coordenadora do CRAS de Araruna**

Até o momento, a comunidade de Nova Brasília já fez nove cursos do SENAR-PR ministrados em uma sequência lógica de modo que os participantes da horta comunitária possam aplicar os conhecimentos na prática. Toda produção é conduzida no sistema orgânico.

“O SENAR-PR que alavancou tudo para nós. Fizeram a proposta dos cursos e eles deram orientação. A gente não tinha muito conhecimento sobre pragas, fungos e doenças da terra. Isso incentivou a buscar mais informações”, conta Antônio Francisco da Rocha, agricultor familiar de Nova Brasília, que já fez nove cursos até o momento por meio do projeto.

Antes de participar da horta comunitária, Rocha cultivava e vendia bananas e também mantinha uma horta para subsistência, mas conduzida sem conhecimento técnico. Essa condição colocava ele e os outros participantes moradores da comunidade de Nova Brasília em uma desconfortável situação de vulnerabilidade econômica. Nos últimos meses, graças ao projeto, essa realidade está mudando. As vendas dos produtos da horta ocorrem, por enquanto, de porta em porta pelos participantes do projeto.

## Sucesso e continuidade

O sucesso da iniciativa realizada em Nova Brasília levou a proposta da horta comunitária para outras regiões do município. “Esse projeto se estendeu para as comunidades de São Geraldo e São Vicente, onde pretendemos atender em torno

### **Cursos do SENAR-PR realizados pelos participantes da horta comunitária de Araruna:**

- Produtor na olericultura - pragas e inimigos naturais;
- Produtor na olericultura - identificação e controle de doenças;
- Produtor na olericultura - nutrição de olerícolas;
- Produtor agrícola - agricultura orgânica – básico;
- Produtor na olericultura - caracterização e conservação de solos;
- Produtor na olericultura - colheita e pós-colheita;
- Produtor na olericultura - planejamento da produção, do plantio à comercialização;
- Produtor na olericultura - caracterização e conservação de solos;
- Trabalhador na operação de sistemas de irrigação - Qualidade da água, métodos e manejo de irrigação.



CASCAVEL

### MANEJO DE BOVINOS DE CORTE

O Sindicato Rural de Cascavel ofertou para nove participantes o curso “Manejo de Bovinos de corte”. O treinamento aconteceu sob instrutoria de Emerson Ferraza, entre os dias 8 e 10 de abril.



PONTA GROSSA

### CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

O Sindicato Rural de Ponta Grossa ofereceu no dia 22 de abril o curso “Classificação de Grãos – Feijão”. O treinamento foi oferecido a oito participantes e teve como instrutor Caetano Benassi.



ALVORADA DO SUL

### PÁ CARREGADORA

Entre os dias 4 e 8 de abril, o Sindicato Rural de Alvorada do Sul ofereceu o curso “Trabalhador na Operação e Manutenção de Pá Carregadora – NR 31.12” para sete pessoas. O instrutor foi Eraldo Moreira da Silva.



MEDIANEIRA

### FERTILIDADE DE SOLO

Nos dias 7 e 8 de abril, o instrutor Everton Debertolis ministrou para nove participantes o curso “Fertilidade de Solos”. A capacitação foi oferecida a comunidade pelo Sindicato Rural de Medianeira.



ARAPOTI

## OLERICULTURA

Foi ministrado entre os dias 30 de março e 20 de abril o curso “Olericultura – Pragas e Inimigos Naturais”. A capacitação foi oferecida para dez participantes no Sindicato Rural de Arapoti com instrutoria de Caetano Benassi.



GUAMIRANGA

## MORANGUEIRO

O Sindicato Rural de Ivaí, em parceria com a Secretária de Agricultura de Guamiranga, ofereceu, entre os dias 5 e 30 de abril, o curso “Trabalhador no cultivo de espécies frutíferas rasteiras – morangueiro – cultivo em substrato” para oito pessoas. O instrutor do treinamento foi Gian Ricardo Grechinski.



CHOPINZINHO

## JARDINAGEM

A instrutora Nagila Lavorati ministrou o curso de “Jardinagem” para 12 participantes. O treinamento aconteceu no Sindicato Rural de Chopinzinho, entre os dias 5 e 7 de abril.



JUVINÓPOLIS

## FERTILIDADE DE SOLOS

O Sindicato Rural de Cascavel, em parceria com Coopavel, ofereceu entre os dias 15 e 16 de abril o curso “Fertilidade de Solos”, na cidade de Juvinoópolis, para nove pessoas. O instrutor do treinamento foi Jose Vescovi.

Sindicais

# VIA RÁPIDA



## Seleto grupo

Pesquisa feita com DNA mitocondrial revelou que as pessoas com olhos azuis descendem de um único ser humano. O extenso levantamento realizado pelo geneticista dinamarquês Hans Eiberg constatou que a transição do pigmento castanho para o azul ocorreu devido a uma mutação genética em um indivíduo que viveu na região do mar Negro por volta de 7 milênios atrás. A característica adquirida foi sendo passada de geração em geração.



## Formiga atômica

A formiga tecelã asiática (*Oecophylla smaragdina*) pode carregar mais de 100 vezes o peso do seu próprio corpo, mesmo que esteja andando de cabeça para baixo. É o que mostra o registro fotográfico de Thomas Endlein, da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que faturou, em 2010, o primeiro concurso de fotografia do Conselho de Pesquisas Científicas em Biologia e Biotecnologia (BBSRC).



## Vai um refresco aí?

Na Rússia, a cerveja só passou a ser considerada como bebida alcoólica a partir de 2011. Para os russos, que têm preferência por bebidas destiladas mais fortes, como a vodka, a cerveja era considerada como uma espécie de refrigerante.



## C sabia dessa?

A vitamina C é fundamental para o nosso organismo. Quando se fala dela, logo pensamos na laranja. Mas há frutas que possuem uma concentração muito maior dessa vitamina. Estima-se que cada 100 gramas de acerola contêm 1.046 mg de vitamina C, enquanto em 100 gramas de laranja apenas 57 mg. Morango, pimentão cru e mamão papaia também superam a laranja nesse quesito.

## Jason é destro

Ser canhoto em mundo projetado para pessoas destras traz uma série de limitações. Estima-se que 10% da população mundial é formada por pessoas canhotas. Tarefas simples como utilizar uma tesoura ou até mesmo um abridor de latas não podem ser executadas se você tentar usar a mão esquerda. Na maioria dos cursos de motosserra, é pré-requisito não ser canhoto, pois toda a parte de proteção do equipamento é projetada pensando em pessoas destras. Então, sabemos que o Jason é destro!



## Olééééééé!

Ao contrário do que muitas pessoas pensam, nas famosas touradas, o que irrita o touro não é a cor vermelha, mas os movimentos que o toureiro faz com a sua capa. O movimento inclusive é chamado de “provocação”. A realidade é que os touros sequer reconhecem a cor vermelha, pois são daltônicos.

## Regime

- Doutor, como eu faço para emagrecer?
- Basta a senhora mover a cabeça da esquerda para a direita e da direita para a esquerda.
- Quantas vezes, doutor?
- Todas as vezes que lhe oferecerem comida.

## Sorvetes exóticos

Não é à toa que o Japão tem fama de ser um dos países com os gostos mais peculiares do mundo, pelo menos aos nossos olhos. E não é que até quando o assunto é sorvete eles inovam? Dentre os muitos sabores bizarros encontrados no Japão, aqui vão alguns: tinta de lula, cobra venenosa, língua de boi e enguia. Por isso, se algum dia for ao Japão e te convidarem para tomar um sorvete, tome cuidado!



## UMA SIMPLES FOTO



# QUER RECEBER NOTÍCIAS DO AGRONEGÓCIO E DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR NO SEU CELULAR?

Cadastre o número **(41) 98815-0416** e mande seu nome, cidade e atividade.



## Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

## EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

## REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

**sistemafaep.org.br**

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

